



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações financeiras individuais (controladora) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) de dezembro de 2010 e 2011.

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	3
Balancos Patrimoniais	7
Demonstraçõesdo Resultado do Exercício.....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado.....	13
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	
1. Contexto operacional.....	14
2. Apresentação das demonstrações	17
3. Principais práticas	20
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas	32
5. Obrigações Assumidas na Aquisição do Cotrole CTEEP	35
6. Caixa e equivalentes de caixa.....	35
7. Contas a receber (ativo concessão).....	36
8. Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	37
9. Tributos e contribuições a compensar	38
10. Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	39
11. Empréstimos a Receber.....	40
12. Cauções e depósitos vinculados	40
13. Investimentos	42
14. Imobilizado	44
15. Intangível.....	46
16. Empréstimos e financiamentos	47
17. Debêntures	52
18. Tributos e encargos sociais a recolher	54
19. Impostos parcelados - Lei 11.941.....	54
20. Encargos regulatórios a recolher	55
21. Provisões	55
22. Valores a pagar - Fundação CESP.....	57
23. Obrigações Especiais - Reversão / Amortização.....	59
24. Patrimônio Líquido	60
25. Receita operacional líquida	64
26. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas	67
27. Resultado financeiro.....	68
28. Outras despesas operacionais	69
29. Imposto de renda e contribuição social	69
30. Transações com partes relacionadas	72
31. Instrumentos financeiros	74
32. Compromissos assumidos - arrendamentos mercatins operacionais	81
33. Seguros.....	82
34. Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE.....	83
35. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58	84
36. Eventos subseqüentes.....	85
37. Aprovação das Demonstrações Financeiras	86
38. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	87

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Relatório da Administração – Exercício Social 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Capital do Brasil S.A., (“ISA Capital” ou “Companhia”) em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A ISA Capital é uma holding nacional, cujo controle pertence a Internexión Eléctrica S.A. E.S.P, uma companhia colombiana de capital misto, controlada pelo governo da Colômbia, sendo sua atividade principal a operação e manutenção de rede de transmissão de energia elétrica.

Controladora da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, desde 26 de julho de 2006, a ISA Capital possui 57.715.128 ações ordinárias de emissão da CTEEP, representativas de 89,50% do capital votante e de 37,81% do capital total. Essa participação no capital social da CTEEP, em 31 de dezembro de 2011, está registrada na conta de investimento das respectivas Demonstrações Financeiras da ISA Capital, no montante de R\$2,1 bilhões. Em decorrência desse investimento a Companhia, em 2011, recebeu proventos no montante de R\$337,2 milhões.

A ISA Capital e sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., tem como compromisso assegurar, promover e aprimorar a qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica oferecidos pela controladora CTEEP, visando também ao aprimoramento dos seus resultados econômico-financeiros mediante a aplicação das melhores práticas e modelos mundiais de gestão, para benefício de todos os seus acionistas e da comunidade.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) é uma companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta e permaneceu nessa condição até 27 de maio de 2010, quando cancelou o registro por decisão dos acionistas da Companhia.

O objeto social da Companhia compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceira em joint venture, membro de consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

A ISA Capital é controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), uma companhia colombiana de capital misto, controlada pelo governo da Colômbia, cuja atividade principal é a operação e manutenção de rede de transmissão de energia, além da participação em atividades relacionadas com a prestação de serviços de energia elétrica.

Desde 26 de julho de 2006, a ISA Capital é a Controladora da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Controlada” ou “CTEEP”), data em que ocorreu a liquidação financeira do leilão público de alienação das ações do bloco de controle da CTEEP, promovido pelo Governo de São Paulo, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA em 28 de junho de 2006.

Pela aquisição das 31.341.890.064 ações ordinárias, representativas de 50,1% das ações ordinárias de emissão da CTEEP e 21,0% do capital total, a Companhia pagou ao Governo do Estado de São Paulo o montante de R\$1,2 bilhão correspondente a R\$38,09 por lote de mil ações. Adicionalmente a esse pagamento, a ISA Capital pagou ao Governo de São Paulo o valor de R\$ 19,4 milhões a título de preço adicional às ações adquiridas no Leilão, de modo a compensar o deságio oferecido aos empregados da CTEEP pela aquisição de determinado lote de ações. Esse valor pago pela aquisição do controle da CTEEP encontra-se sujeito a eventual ajuste, disciplinado no contrato de compra e venda de ações da CTEEP, a ser determinado com base nos valores efetivamente pagos pela CTEEP relativos à complementação de benefício e pensão de ex-empregados com base na Lei Estadual nº 4.819/58.

Como parte do processo de desestatização, em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias da CTEEP, representativas de 0,016% das ações dessa espécie, pelo preço de R\$229 mil. Essas

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Relatório da Administração – Exercício Social 2011

ações foram adquiridas em razão das sobras da oferta de ações ordinárias da CTEEP promovida pelo Governo do Estado de São Paulo aos empregados da CTEEP, nos termos do Edital de Desestatização da CTEEP nº SF/001/2006.

Em 09 de janeiro de 2007, por força do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e, ainda, conforme determinava referido Edital e o Contrato de Compra e Venda das Ações da CTEEP, a ISA Capital realizou, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, Leilão de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) de emissão da CTEEP, ainda em circulação no mercado, por valor correspondente a 80% do valor pago pelas ações do bloco de controle da CTEEP. Esse Leilão resultou na aquisição pela Companhia de 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, representativas de 39,28% do total dessa espécie de ações, ao preço de R\$30,74 por lote de mil ações, perfazendo o valor total de R\$755,4 milhões.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital passou a deter um total de 55.924.465.821 ações ordinárias de emissão da CTEEP, representativas de 89,40% do capital votante e de 37,46% do capital total da CTEEP. Após o grupamento de ações realizado pela CTEEP em agosto de 2007 essa quantidade de ações ordinárias de propriedade da Companhia passou a ser de 55.924.465.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 em 21 de dezembro de 2011. Essa capitalização decorre do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2008, 2009 e 2010. A Companhia ainda adquiriu por decisão da administração o equivalente a 63.146 ações ordinárias, a um valor de R\$51,66 cada ação. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 57.715.128 ações ordinárias, equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

2. DÍVIDA EM MOEDA ESTRANGEIRA “BÔNUS”

Atualmente a Companhia mantém uma dívida em moeda estrangeira “bônus” no montante de US\$31,6 milhões, equivalentes a R\$61,5 milhões, cujo vencimento é 2017. Esse foi o saldo que remaneceu após a reestruturação ocorrida em 2010 ocasião em que a ISA Capital recomprou US\$522,4 milhões equivalentes a R\$935,6 milhões e 94,3% do total dos bônus que havia em circulação.

3. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

No processo de aquisição do controle da CTEEP, a Companhia assumiu diversos compromissos e obrigações por força do Edital nº SF/001/2006, que foram ou estão sendo cumpridos conforme o caso. O contrato de compra e venda de ações da CTEEP, firmado em 26 de julho de 2006, também impôs à Companhia e à sua Controladora algumas obrigações a serem observadas na administração da CTEEP referentes ao cumprimento de contratos anteriores, regras de governança corporativa, preservação de direitos dos empregados da CTEEP, manutenção e continuidade de qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica, dentre outras. Com relação aos compromissos financeiros, em 2011 a ISA Capital pagou ao Governo do Estado de São Paulo e aos acionistas que participaram da OPA, respectivamente, a importância de R\$6,3 milhões e R\$ 3,7 milhões (2010 -R\$6,4 milhões e R\$5,1 milhões) a título de ajuste de preço do leilão decorrente das obrigações da Lei nº 4.819/54.

Com a reestruturação da dívida em moeda estrangeira “bônus” realizada em 2010, os principais compromissos e obrigações que existiam, denominados de *Covenants*, e que dificultavam a implementação de certas atividades operacionais da Companhia, foram eliminados. Dessa forma, a ISA Capital, além de poder melhor gerir seu negócio, permanece cumprindo rigorosamente com todos os demais compromissos assumidos em relação aos “Bondholders” remanescentes.

Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia vem cumprindo com todos os novos compromissos previstos no Acordo de Acionistas em decorrência da emissão das ações preferenciais resgatáveis em março de 2010, destacando-se, entre eles, os dividendos fixos cumulativos a que fazem jus essas ações que em 2011 receberam valor equivalente a R\$220,1 milhões.

4. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA CONTROLADA

Em decorrência da participação de 37,81% do capital da CTEEP, a ISA Capital durante o exercício de 2011 reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$345,8 milhões (2010 - R\$306,3 milhões) e recebeu proventos que somam a importância R\$340,8 milhões, sendo R\$241,9 milhões a título de Dividendos e R\$98,9 milhões na forma de Juros sobre Capital Próprio.

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

A receita da ISA Capital está diretamente associada à receita com equivalência patrimonial referente ao investimento na controlada CTEEP, sendo que a receita da mesma está associada à disponibilidade de seus principais ativos linhas de transmissão e transformadores. Por isso, a CTEEP promove investimentos permanentes para garantir a eficiência e qualidade na manutenção e operação, uma vez que o aumento da indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita (parcela variável).

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO-Consolidado

As **receitas de construção** totalizaram R\$1,1bilhão em 2011, comparada com R\$693,8 milhões em 2010, impactadas positivamente pelo avanço das obras das Controladas da CTEEP Serra do Japi e IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliação da no sistema de transmissão da Controlada CTEEP.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$555,1 milhões em 2011, comparada com R\$442,4 milhões em 2010, sobretudo pela correção da Receita Anual Permitida – RAP na Controlada CTEEP referente ao ciclo 2010/2011 para o ciclo 2011/2012, de acordo com a variação do IGPM acumulado.

As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão da Controlada CTEEP somaram R\$1,6 bilhão em 2011, comparada com R\$1,4 bilhão em 2010, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber de construção, que teve variação positiva de 21%. Adicionalmente, em julho de 2011, a Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram os ajustes positivos oriundos do reposicionamento tarifário anual, que afetaram os seus fluxos de caixa no montante de R\$246,9 milhões (em 2010 R\$86,4 milhões) como ajuste na receita financeira anual, tendo em vista que os ativos financeiros oriundos da concessão são classificados como empréstimos recebíveis.

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$367,8 milhões em 2011 e R\$295,2 milhões em 2010, representado por tributos e encargos que refletem o crescimento da receita operacional.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a **receita operacional líquida** aumentou 28,6%, atingindo R\$2,9 bilhões em 2011, comparada com R\$2,2 bilhões em 2010.

Os **custos de construção e de operação/manutenção** tiveram aumento de 39,6% alcançando R\$1,3 bilhão em 2011 frente aos R\$948,2 milhões em 2010, em decorrência de acréscimos de R\$366,5 milhões referente a gastos de materiais e serviços aplicados, substancialmente, nas obras das Controladas da CTEEP Serra do Japi e IEMadeira.

As **despesas operacionais líquidas** não apresentaram variações relevantes no total, sendo em 2011 R\$217,1 milhões e em 2010 R\$238,3 milhões, entretanto, destacamos algumas movimentações importantes ocorridas no exercício: (i) ganho por reversão de provisão para contingências, no montante de R\$27,6 milhões, em decorrência de êxito parcial de processos trabalhistas, (ii) constituição de provisão para perdas com estoques no total de R\$17,9 milhões, (iii) aumento nas despesas de contratação de serviços no valor de R\$6,0 milhões, e (iv) acréscimo na despesa com pessoal no valor de R\$3,2 milhões devido basicamente ao dissídio do período.

A margem **EBITDA** foi de 50,1% totalizando R\$1,4 bilhão em 2011 em comparação a 51,4%, R\$1,1bilhão em 2010.

O **resultado financeiro** ficou negativo em R\$215,9 milhões em 2011 apresentando redução de 50,8% em relação a R\$438,6 milhões em 2010 influenciada basicamente pela redução nos gastos financeiros da Companhia.

As **despesas com imposto de renda e contribuição social** aumentaram 20,9% somando R\$ 277,2 milhões em 2011 contra R\$229,3 milhões em 2010.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Relatório da Administração – Exercício Social 2011

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** de 2011 totalizou R\$297,5 milhões, enquanto em 2010 apurou-se prejuízo da ordem de R\$104,5 milhões.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

Para os fins previstos na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a ISA CAPITAL informa que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (“Ernst & Young Terco”) que, desde abril de 2009, vem prestando à Companhia apenas serviços relacionados a auditoria externa.

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a ISA Capital segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente.

8. POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

As políticas da Companhia e de sua controlada vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretam conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos.

A Administração

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	351.567	257.261	558.862	312.244
Contas a receber (ativo de concessão)	7	-	-	1.474.794	1.424.390
Estoques		-	-	50.052	44.791
Empréstimos a receber	11	9.393	-	9.393	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	24.h e 30	84.828	65.844	-	-
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	8	-	-	14.906	22.938
Tributos e contribuições a compensar	9	44.950	36.806	56.276	48.036
Cauções e depósitos vinculados	12	2.612	2.320	2.612	2.320
Despesas pagas antecipadamente		-	-	3.190	2.611
Instrumentos financeiros derivativos	31.a	-	-	1.673	-
Outros		2	59	74.488	35.814
		493.352	362.290	2.246.246	1.893.144
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber (ativo de concessão)	7	-	-	5.335.027	4.225.309
Valores a receber-Secretaria da Fazenda	8	-	-	810.750	681.129
Benefício fiscal – ágio incorporado	10	-	-	119.079	147.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.b	45.058	-	45.058	28.050
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	61.886	42.248
Instrumentos financeiros derivativos	31.a	-	-	54.195	-
Empréstimos a receber	11	44.653	39.663	44.653	39.663
Estoques		-	-	145.395	184.264
Outros		-	-	27.617	6.624
		89.711	39.663	6.643.660	5.355.198
Investimentos	13	2.039.320	2.113.593	-	-
Imobilizado	14	52	37	8.836	9.231
Intangível	15	-	-	240.152	297.066
		2.039.372	2.113.630	248.988	306.297
		2.116.305	2.153.293	6.879.870	5.661.495
Total do ativo		2.622.435	2.515.583	9.138.894	7.554.639

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.11.2011	31.12.2010
Circulante					
Fornecedores		325	147	83.338	94.064
Empréstimos e financiamentos	16	2.177	1.934	1.009.850	334.347
Debêntures	17	-	-	389.825	2.154
Tributos e encargos sociais a recolher	18	8.078	2.533	88.351	91.277
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	12.273	10.353
Encargos regulatórios a recolher	20	-	-	28.824	49.559
Dividendos fixos cumulativos a pagar	24.b	36.004	-	36.004	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.a	-	-	27.226	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24.h	-	-	147.328	127.978
Provisões	21	13	11	23.290	22.674
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	6.335	8.423	6.335	8.423
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.a	3.715	4.946	3.715	4.946
Valores a pagar – Fundação CESP	22	-	-	6.244	6.503
Outros		-	9	30.185	13.883
		56.647	18.003	1.892.788	766.161
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	16	59.371	52.737	1.043.635	592.769
Debêntures	17	-	-	389.636	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	145.236	144.964
Pis e Cofins diferidos		-	-	229.519	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.b	-	-	42.176	9.352
Encargos regulatórios a recolher	20	-	-	32.334	2.174
Provisões	21	-	-	101.832	161.688
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	232.549	215.498	232.549	215.498
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	146.068	135.456	146.068	135.456
Obrigações especiais reversão/ amortização	23	-	-	24.053	24.053
		437.988	403.691	2.387.038	1.957.225
Patrimônio Líquido					
Capital social	24.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reserva de capital	24.d	1.199.400	1.199.400	1.199.400	1.199.400
Ágio em transação de capital	24.e	(7.488)	-	(7.488)	-
Reservas de lucro	24.f	95.510	54.111	95.510	54.111
		2.127.800	2.093.889	2.127.800	2.093.889
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.731.268	2.737.364
Patrimônio líquido		2.127.800	2.093.889	4.859.068	4.831.253
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.622.435	2.515.583	9.138.894	7.554.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos Resultados do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receita operacional líquida	25.1	-	-	2.900.805	2.256.286
Custo dos serviços de construção operação e manutenção	26	-	-	(1.323.409)	(948.270)
Lucro bruto		-	-	1.577.396	1.308.016
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(3.408)	(17.760)	(130.425)	(155.693)
Outras despesas, líquidas	28	(55.969)	(59.139)	(86.724)	(82.978)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.c	345.777	306.266	-	-
		286.400	229.367	(217.149)	(238.671)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		286.400	229.367	1.360.247	1.069.345
Despesas financeiras	27	(74.220)	(586.729)	(410.797)	(738.982)
Receitas financeiras	27	58.798	252.828	194.855	300.385
		(15.422)	(333.901)	(215.942)	(438.597)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		270.978	(104.534)	1.144.305	630.748
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	29	(18.507)	-	(262.713)	(222.630)
Diferido	29	45.058	-	(14.580)	(6.746)
		26.551	-	(277.293)	(229.376)
Lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas não controladores		297.529	(104.534)	867.012	401.372
Lucro líquido do exercício alocado aos acionistas não controladores		-	-	(569.483)	(505.906)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício alocado aos acionistas controladores		297.529	(104.534)	297.529	(104.534)
Lucro (prejuízo) por ação- Básico e Diluído	24.g	0,2074	(0,0809)	-	-
Quantidade de ações média no exercício		1.434.469.504	1.291.382.128		

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra formaindicado

	<u>Reservas de lucro</u>					Lucros/Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Ágio emtransação de Capital	Reserva legal	Retenção de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	839.778	-		5.881	152.764	-	998.423	2.785.803	3.784.226
Integralização de capital, em dinheiro, aporte do acionista HSBC em 09/03/2010 (nota 24 a (i))	420	-	-	-	-	-	420	-	420
Constituição da reservade capital, em dinheiro, aporte do acionista HSBC em 09/03/2010 (nota 24 a (i))	-	839.580	-	-	-	-	839.580	-	839.580
Integralização de capital, em dinheiro, aporte do acionista HSBC em 19/03/2010 (nota 24 a (nota 24 a (ii))	180	-	-	-	-	-	180	-	180
Constituição da reservade capital, em dinheiro, aporte do acionista HSBC em 19/03/2010 (nota 24 a (nota 24 a (ii))	-	359.820	-	-	-	-	359.820	-	359.820
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	-	31.696	35.481
Lucro (Prejuízo)do exercicio	-	-	-	-	-	(104.534)	(104.534)	505.905	401.371
Distribuição de dividendos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(429.632)	(429.632)
Juros sobre capital próprio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(156.408)	(156.408)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	-	-	(104.534)	104.534	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	840.378	1.199.400	-	5.881	48.230	-	2.093.889	2.737.364	4.831.253
Aumento de capital emcontrolada	-	-	-	-	-	-	-	18.922	18.922
Pagamento de dividendos adicionais propostos 2010(nota 24 h)	-	-	-	-	-	-	-	(123.557)	(123.557)
Àgioemtransação de capital (nota 24 e)	-	-	(7.488)	-	-	-	(7.488)	-	(7.488)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	297.529	297.529	569.483	867.012
Dividendos Fixos cumulativos pagos no ano (nota 24 c)	-	-	-	-	(48.230)	(171.896)	(220.126)	-	(220.126)
Dividendos fixos cumulativosa pagar (nota 24 b)	-	-	-	-	-	(36.004)	(36.004)	-	(36.004)
Distribuição de dividendos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(313.595)	(313.595)
Distribuição de dividendosprescritos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	820	820
Juros sobre capital próprio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(158.693)	(158.693)
Juros sobre capital próprioprescritos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	524	524
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	89.629	(89.629)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	840.378	1.199.400	(7.488)	5.881	89.629	-	2.127.800	2.731.268	4.859.068

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	297.529	(104.534)	297.529	(104.534)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais				
Participação de acionistas não controladores	-	-	569.483	505.906
Depreciação e amortização (notas 14,15 e 26)	13	11	6.151	6.058
Amortização do bônus despesas antecipadas (nota 16.a)	-	12.752	-	12.752
Perda na aquisição de controlada em conjunto (nota 28)	-	-	28.490	-
Realização da perda em controlada em conjunto	-	-	(2.445)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.058)	-	14.580	6.746
PIS e COFINS diferidos	-	-	105.754	60.023
Provisão para contingências	-	-	1.589	31.522
IRRF a recuperar (nota 6)	(3.931)	-	(3.931)	-
Custo residual de ativo permanente baixado	-	-	29	1.563
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13.c)	(345.777)	(306.266)	-	-
Amortização de ágio (nota 15)	55.968	55.968	84.800	84.800
Perdas de capital	-	3.251	-	3.411
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	29.294	304.329	239.982	431.391
	(11.962)	(34.489)	1.342.011	1.039.638
(Aumento) diminuição de ativos				
Contas a receber (ativo de concessão)	-	-	(1.145.961)	(582.470)
Estoques	-	-	33.584	(58.873)
Valores a receber	(7.944)	1.484	(129.533)	(120.772)
Tributos e contribuições a compensar	(998)	(10.901)	(876)	191.154
Cauções e depósitos vinculados	(178)	37.852	(19.816)	39.556
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.088)	-
Outros	58	(37)	(5.822)	(76.151)
	(9.062)	28.398	(1.270.511)	(607.556)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	160	(105)	(8.175)	22.641
Tributos e encargos sociais a recolher	5.295	(1.285)	(3.224)	(889)
Impostos parcelados – Lei nº 11.941	-	-	(9.592)	-
Encargos regulatórios a recolher	250	-	9.502	8.445
Provisões	-	-	(60.843)	(42.787)
Valores a pagar- Lei 4819 e Fundação CESP	(3.319)	2.156	(3.578)	1.742
Outros	(13)	-	(39.637)	47.729
	2.372	766	(115.548)	36.881
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(18.652)	(5.325)	(44.048)	468.963

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado (nota 14)	(28)	(2)	(2.503)	(3.607)
Intangível (nota 15)	-	-	(2.336)	-
Investimentos (nota 13.c e 13.d)	(3.262)	-	(18.544)	-
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa da IEMGno momento da aquisição do controle	-	-	2.174	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos (nota 13.c e 24.h)	340.872	287.908	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	337.582	287.906	(21.210)	(3.607)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos	-	-	1.554.266	993.458
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(4.498)	(1.255.324)	(457.872)	(1.984.071)
Pagamentos de Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.931)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(220.126)	-	(794.470)	(463.767)
Integralização de capital social	-	600	13.883	600
Aumento de capital social	-	-	-	28.030
Constituição da reserva de capital	-	1.199.400	-	1.199.400
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(224.624)	(55.324)	311.876	(226.350)
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	94.306	227.257	246.618	239.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	351.567	257.261	558.862	312.244
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	257.261	30.004	312.244	73.238
Variação em caixa e equivalentes de caixa	94.306	227.257	246.618	239.006

Controladora

O valor total de juros pagos pela controladora foi de R\$4.498 (R\$55.958 em 2010) referente aos empréstimos e financiamentos descritos na nota 16. A Companhia não pagou imposto de renda e contribuição social no exercício, pois foram utilizados créditos tributários para compensação.

Consolidado

O valor total de juros pagos pela Companhia e sua controlada no período foi de R\$143.474 (R\$191.463 em 2010), referente aos empréstimos e financiamentos descritos na nota 16. O total de imposto de renda e contribuição pagos pela Controlada CTEEP e sua controladas e controladas em conjunto no período foi de R\$ 244.188 (R\$76.230 em 2010).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Operacionais	-	-	3.268.689	2.551.543
Outras Operacionais	-	-	35.798	6.030
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.304.487</u>	<u>2.557.573</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	-	-	(17.485)	(484.786)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.190)	(2.983)	(1.219.533)	(395.787)
	<u>(1.190)</u>	<u>(2.983)</u>	<u>(1.237.018)</u>	<u>(880.573)</u>
Valor adicionado bruto	(1.190)	(2.983)	2.067.469	1.677.000
Retenções				
Depreciação e amortização	(55.982)	(68.731)	(62.120)	(74.777)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	(57.172)	(71.714)	2.005.349	1.602.223
Recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	345.777	306.266	-	-
Receitas Financeiras	58.798	252.828	194.855	300.385
	<u>404.575</u>	<u>559.094</u>	<u>194.855</u>	<u>300.385</u>
Valor adicionado total da distribuir	347.403	487.380	2.200.204	1.902.608
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(1.204)	(1.034)	(155.080)	(122.580)
Benefícios	(434)	(409)	(36.073)	(32.483)
F.G.T.S	(4)	-	(10.203)	(10.306)
Outras	-	(4)	-	(4)
	<u>(1.642)</u>	<u>(1.447)</u>	<u>(201.356)</u>	<u>(165.373)</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	16.667	(12.176)	(698.755)	(582.246)
Estaduais	(13)	(18)	(709)	(613)
Municipais	-	-	(18.270)	(12.576)
	<u>16.654</u>	<u>(12.194)</u>	<u>(717.734)</u>	<u>(595.435)</u>
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis	(252)	(249)	(13.428)	(10.910)
Juros e variações monetárias e cambiais	(64.634)	(574.854)	(400.674)	(726.348)
Outras	-	(3.170)	-	(3.170)
	<u>(64.886)</u>	<u>(578.273)</u>	<u>(414.102)</u>	<u>(740.428)</u>
Remuneração de Capitais Próprios				
Dividendos fixos cumulativos distribuídos	(171.896)	-	(171.896)	-
Dividendos fixos cumulativos a ser distribuído	(36.004)	-	(36.004)	-
Participação de Acionistas não controladores	-	-	(569.483)	(505.906)
Lucros Retidos	89.629	(104.534)	89.629	(104.534)

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Contexto Operacional

1.1. Objeto Social

O objeto social da ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizado na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorres do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado pela controlada CTEEP a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 57.715.128 ações ordinárias, equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembléia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$ 180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Assim, após esses dois aumentos, em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 (31.12.2010 – R\$840.378) e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais. Por decisão dos acionistas, em 27 de maio de 2010, a Companhia cancelou seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As ações da Controlada da CTEEP são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

A controlada CTEEP tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2. Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
Direta										
CTEEP	059/2001 (*)	37,8059	20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	1.992.484	06/11
CTEEP	143/2001	37,8059	30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.793	06/11
Indiretamente										
IEMG	004/2007	37,8059	30	23.04.37	5 anos	2012	Sim	IPCA	14.193	06/11
Pinheiros	012/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.386	06/11
Pinheiros	015/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	13.474	06/11
Pinheiros	018/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.174	06/11
Pinheiros	021/2011	37,8059	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11
Serra do Japi	026/2009	37,8059	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.200	06/11
IENNE	001/2008	9,4514	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	36.435	06/11
IESul	013/2008	18,9029	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.447	06/11
IESul	016/2008	18,9029	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.006	06/11
IEMadeira	013/2009	19,2810	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	176.249	11/08(**)
IEMadeira	015/2009	19,2810	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	151.788	11/08(**)
IEGaranhuns	022/2011	19,2810	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11

(*) O contrato de concessão nº 059 da Controlada CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A Controlada CTEEP estima que a IEMadeira inicie suas operações em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de indenização sobre os ativos realacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2009

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de maio de 2010, a Linha Verde protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 15 de março de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.814, o pedido de transferência das ações detidas pela controlada CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 07 de abril de 2011 a Controlada CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Linha Verde de sua propriedade para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Lote D - LT Porto Velho – Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de outubro de 2010, a Rio Branco protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 05 de maio de 2011 a Controlada CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Rio Branco de sua propriedade para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

Lote E – LT Jauru – Cuiabá e a subestação Jauru

Este lote refere-se a LT em 500 kV entre Jauru e Cuiabá (Mato Grosso), totalizando 348 km, e a subestação Jauru, de 500/230 kV. Para exploração dessas instalações foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. Em 14 de maio de 2010, a Controlada CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Matogrossense de sua propriedade para a Mavi Engenharia e Construções Ltda.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(ii) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a Controlada CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Controlada CTEEP no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção e de operação e manutenção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. O tratamento contábil para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos nas notas explicativas 3.23 e 7.

- Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada, e incluído como remuneração dos serviços de construção.

- Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, podendo ser fixa ou variar conforme novos investimentos. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxas de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da controlada CTEEP avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

- Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada CTEEP considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Controlada CTEEP estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Controlada CTEEP na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

2.4 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da ISA Capital e da sua controlada CTEEP e suas controladas diretas e indiretas e em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (joint venture) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas direta e indiretamente se apresentavam da seguinte forma:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		31.12.2011	31.12.2010
Diretas			
CTEEP	31.12.2011	37,8059	37,6041
Indiretas			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.12.2011	37,8059	37,6041
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.12.2011	37,8059	37,6041
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.12.2011	37,8059	22,5625
Indiretas- Controlada em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.12.2011	9,4515	9,4010
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)	31.12.2011	18,9030	18,8021
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMADEIRA)	31.12.2011	19,2810	19,1781
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGARANHUNS)	31.12.2011	19,2810	-

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora. Todas as empresas consolidadas tiveram suas demonstrações financeiras examinadas ou revisadas por auditores independentes para fins de consolidação.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Controlada CTEEP em consonância com a Resolução Normativa nº 396 da ANEEL publicada em 23 de fevereiro de 2010, a Controlada CTEEP está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A DCR conterá uma conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE elaborada para fins societários e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício - DRE, bem como a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõe o balanço patrimonial societário e o regulatório. A ANEEL está, ainda, em fase de detalhamento da regulamentação quanto à elaboração e auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, sendo que o prazo para conclusão e apresentação das mesmas é 30 de abril de 2012, podendo inclusive ser prorrogado.

3 Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12 e OCPC 05 vide nota 3.23). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (IAS 18) – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Controlada CTEEP são:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Receita de construção

Refere-se aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que boa parte de suas instalações é construída através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

(b) Receita financeira

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva de juros sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A Companhia adota o regime do Lucro Real Anual e sua controlada CTEEP, a partir de 2009 optou pelo Lucro Real Trimestral.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existe. Exceto pela Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG"), Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Pinheiros"), Interligação Elétrica do Sul S.A. ("IESUL") e a Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("IENNE"), que optaram pelo regime do Lucro Real, as demais controladas são consideradas, para fins fiscais, em fase pré-operacional, não sendo apurado tributos correntes sobre o lucro.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e do CPC 32(IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

3.4. Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os Encargos Setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Conta de consumo de combustível (CCC)

Criado pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973. Tem como finalidade reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos sistemas isolados. Esse custo abrange custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratadas pelos agentes de distribuição, encargos e impostos não recuperados, prestação de serviço de energia elétrica em regiões remotas e contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

(ii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

(iii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

(iv) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(v) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(vi) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996, incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Calculada anualmente pela ANEEL.

3.5. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(vii) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

- *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o contas a receber (ativo de concessão), valores a receber – Secretaria da Fazenda e empréstimos a receber.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(viii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante o ano de 2011, a administração da controlada CTEEP não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

(ix) Baixa de ativos financeiros

A Controlada CTEEP baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a controlada CTEEP não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Controlada CTEEP continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio. Durante o exercício de 2011, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - *Hedge*

Em 2011, a Controlada CTEEP e sua controlada IEMadeira passaram a utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de cobertura *-hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que a operação de derivativo é contratada, sendo reavaliados, subsequentemente, também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para que uma operação de cobertura – *hedge* seja qualificada para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é necessário que os seguintes requisitos sejam atendidos:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Para a data de início da operação, existe documentação formal da operação de cobertura, especificando sua classificação, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; e,
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*.

Em 31 de dezembro de 2011, a Controlada CTEEP e sua controlada IEMadeira possuem instrumentos derivativos classificados como *hedge* de valor.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, as mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.7. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Controlada CTEEP terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada CTEEP considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Controlada CTEEP estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.8. Estoques

Os estoques são apresentados por itens de almoxarifado de manutenção e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

A Companhia não considerou relevante o saldo do ativo imobilizado e, conseqüentemente, optou por não adotar a prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme previsto no ICPC 10 (IAS 16 e 40) - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado conforme determinado pelo ICPC 10 (IAS 16 e 40) não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

3.11. Intangível

Representado pelos gastos incorridos na implantação do sistema ERP -SAP- e pelo ágio da controladora (nota 15). A amortização é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado do referido sistema e o ágio amortizado conforme o tempo de concessão.

Adicionalmente, os efeitos de amortização decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo intangível, conforme determinado pelo ICPC 10 (IAS 16 e 40), não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

3.12. Arrendamentos

(a) A Controlada CTEEP como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- *Arrendamentos financeiros*

No início do contrato, os arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa, se não for, é utilizada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

(b) A Controlada CTEEP como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

3.13. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.14. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 21(a).

3.16. Plano de aposentadoria e outros benefícios a empregados

A Controlada CTEEP patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

Eventual obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos ou passivos atuariais reconhecidos contabilmente, conforme mencionado na Nota Explicativa 22..

3.17. Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24(IAS 10) e ICPC 08, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O Estatuto da Controlada CTEEP estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente à 10% do capital social social, condicionados à existência de lucros.

O Estatuto da Controladora ISA Capitalestabelece um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o Lucro líquido ajustado, conforme Lei.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

A Controlada CTEEP distribui juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.18. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

No entendimento da administração da Controlada CTEEP, embora reconheça receita para as atividades de construção, e de operação e manutenção, considerando que essas receitas são originadas por um único contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica relevante, a CTEEP possui apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.19. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20. Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.21. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, quando existente.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

3.23. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A partir de 01 de janeiro de 2009, a Controlada CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto adotaram e utilizaram para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Controlada CTEEP e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 (IFRIC 12) foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Controlada CTEEP faz parte.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 (IFRIC 12) foram aplicadas para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros. Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva, a partir de 01 de janeiro de 2009, foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela Controlada CTEEP, existentes naquela data.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada CTEEP considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Controlada CTEEP estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Controlada CTEEP determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011, e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em junho de 2011, o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (other comprehensive income), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados.

(b) IAS 12 Imposto de Renda

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 01 de janeiro de 2012.

(c) IAS 19 Benefícios aos Empregados

Em junho de 2011, o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos.

(d) IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(e) IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(f) IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(g) IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(h) IFRS 11 – Contratos entre empreendedores

Esse IFRS substitui o IAS 31 -Investimento em Empreendimentos em Conjunto. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(i) IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades

O IFRS 12 requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza e extensão de sua participação em entidades não consolidadas, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiária, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(j) IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e, um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 - Combinação de Negócios - Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 19 R1 - Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto - Deliberação CVM nº 666 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 35 R1 - Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 36 R2 - Demonstrações Consolidadas - Deliberação CVM nº 668 de 9 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 - Custo de Empréstimos - Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária - Deliberação CVM nº 673 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 00 R1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro - Deliberação CVM nº 675 de 13 de dezembro de 2011;
- CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Deliberação CVM nº. 676 de 13 de dezembro de 2011;
- ICPC 01 R1 - Contratos de Concessão - Deliberação CVM nº. 677 de 13 de dezembro de 2011; e

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação - Deliberação CVM nº. 677 de 13 de dezembro de 2011.

5. Obrigações Assumidas na Aquisição da controlada CTEEP

De acordo com o contrato de compra e venda de ações, objeto do leilão de privatização descrito na Nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da CTEEP, no caso de a Controlada CTEEP ficar desonerada dos ônus relacionados aos complementos dos pagamentos ao plano de aposentadoria previsto na Lei nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do complemento do preço de compra é composto por duas transações distintas, conforme segue:

- a) O montante de R\$238.884 (31.12.2010 - R\$223.921), apurado na aquisição da primeira participação acionária através do leilão de privatização, realizado em 28 de junho de 2006, registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda”, sendo R\$6.335 (31.12.2010 – R\$8.423) no passivo circulante e R\$232.549 (31.12.2010 - R\$215.498) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$188.895 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$49.989, reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, a partir de 31 de dezembro de 2005. No exercício de 2011, foi reconhecido no resultado o montante de R\$12.803.
- b) O montante de R\$149.783 (31.12.2010 - R\$140.402), apurado na aquisição da terceira participação acionária através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA, realizado em 9 de Janeiro de 2007, registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA”, sendo R\$3.715 (31.12.2010 – R\$4.946) no passivo circulante e R\$146.068 (31.12.2012 – R\$135.456) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$120.306 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$29.477 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005. No exercício de 2011 foi reconhecido no resultado o montante de R\$8.184.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e bancos	205	70	2.081	697
Aplicações financeiras (i)	351.362	257.191	556.781	311.547
	351.567	257.261	558.862	312.244

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A composição das aplicações financeiras é como segue:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>% do CDI</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
CDB	97,5% a 105,0%	294.028	181.476	344.174	235.831
Compromissada (*)	97,0% a 102,8%	61.289	75.715	216.562	75.716
Provisão para IRRF		<u>(3.955)</u>	<u>-</u>	<u>(3.955)</u>	<u>-</u>
		<u>351.362</u>	<u>257.191</u>	<u>556.781</u>	<u>311.547</u>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 31(c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

7. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Contas a receber serviços de construção (a)	6.565.661	5.405.440
Contas a receber serviços de O&M (b)	244.160	175.912
Termo de confissão de dívida e acordo de pagamento (c)	<u>-</u>	<u>68.347</u>
	<u>6.809.821</u>	<u>5.649.699</u>
Circulante	<u>1.474.794</u>	<u>1.424.390</u>
Não circulante	<u>5.335.027</u>	<u>4.225.309</u>

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Controlada CTEEP terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (c) Em 13 de janeiro de 2009, a Controlada CTEEP assinou “termo de confissão de dívida e acordo de pagamento” com distribuidoras que apresentavam contas a receber vencidas. Este acordo previa o recebimento do saldo em 36 parcelas. Até dezembro de 2011, todas as parcelas foram recebidas conforme previsto. Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
A vencer	6.784.301	5.633.208
Vencidos		
até 30 dias	1.353	1.498
de 31 a 60 dias	598	846
há mais de 61 dias (i)	23.569	14.147
	25.520	16.491
	6.809.821	5.649.699

(i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Controlada CTEEP e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31.12.2009	5.087.285
Receita de construção	693.803
Receita financeira	1.398.245
Receita de operação e manutenção	442.469
Liquidação	(1.972.103)
Saldos em 31.12.2010	5.649.699
Receita de construção	1.103.686
Receita financeira	1.589.969
Receita de operação e manutenção	555.127
Liquidação	(2.088.660)
Saldos em 31.12.2011	6.809.821

8. Valores a receber – Secretaria da Fazenda

			2011	2010
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	12.341	-	12.341	30.069
Alienação de imóvel (b)	2.565	-	2.565	6.250
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	-	658.764	658.764	533.866
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	-	151.986	151.986	133.882
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	-	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	14.906	810.750	825.656	704.067

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Controlada CTEEP dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Controladora CTEEP de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Controlada CTEEP do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2011 (nota 33). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento da obrigação que a CTEEP tem de repassar os recursos aos aposentados, conforme montantes estipulados mensalmente pela Fundação CESP.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (e) A CESP efetuou adiantamento para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2010.

9. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
COFINS	-	-	1.016	3.273
PIS	-	-	305	803
Imposto de renda retido na fonte	44.950	36.806	53.467	42.425
Contribuição social retido na fonte	-	-	939	776
Outros	-	-	549	759
	44.950	36.806	56.276	48.036

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

10. Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – Controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras, o valor líquido de R\$119.079 (R\$147.911 em 31 de dezembro de 2010), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização, separadamente ao valor remanescente do ágio, que está classificado no ativo intangível.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	Ágio Total	Intangível (nota 15)	Benefício Fiscal
Saldo em 31.12.2009	519.834	343.091	176.743
Realização no exercício	(84.800)	(55.968)	(28.832)
Saldo em 31.12.2010	435.034	287.123	147.911
Saldo em 31.12.2010	435.034	287.123	147.911
Realização no exercício	(84.800)	(55.968)	(28.832)
Saldo em 31.12.2011	350.234	231.155	119.079

A amortização está registrada na demonstração do resultado sob a rubrica outras despesas, liquidas (nota 28).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Empréstimos a Receber

O empréstimo refere-se ao repasse integral pela Companhia à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP, referente ao empréstimo obtido em 2006, junto ao ABN AMRO BANK, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800 mil, cujo vencimento em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de atualização para essa operação, com recebimento semestral dos juros, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 30 de janeiro de 2017.

Em 15 de dezembro de 2011, a ISA Capital realizou um contrato de mútuo com a empresa Internexa Brasil no montante de R\$9.364, cujo vencimento será 28 de dezembro de 2012 e com juros calculados com base na variação do CDI acrescida de 0,72% ao ano, tais juros serão pagos trimestralmente.

A composição do saldo é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Principal	60.510	51.146
Juros	38	8
Variação Cambial	(6.502)	(11.491)
Total	<u>54.046</u>	<u>39.663</u>
Circulante (nota 30)	<u>9.393</u>	<u>-</u>
Não Circulante (nota 30)	<u>44.653</u>	<u>39.663</u>

12. Cauções e depósitos vinculados

Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros pagos semestralmente relativos aos bônus remanescentes após a reestruturação da dívida. O saldo da conta registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.612 (31 de dezembro de 2010 R\$2.320).

Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento.

O saldo está composto da seguinte forma:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Autuações – ANEEL (Nota 21 (a) (iv))	-	-	6.076	5.723
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Trabalhistas (Nota 21 (a)(i))	-	-	52.867	27.914
Fiscais - Cofins (b)	-	-	-	5.668
Previdenciárias - INSS (Nota 21) (a)(iii))	-	-	2.745	2.745
Deposito BANK of NEW YORK (Caução)	2.612	2.320	2.612	2.320
Outros	-	-	198	198
	2.612	2.320	64.498	44.568
Circulante	2.612	2.320	2.612	2.320
Não circulante	-	-	61.886	42.248

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Controlada CTEEP contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Controlada CTEEP sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”, e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$ 353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Controlada CTEEP devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Controlada CTEEP.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Depósitos judiciais - COFINS

A Controlada CTEEP questionou judicialmente a constitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante original de R\$11.132, obtendo desfecho favorável, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2009. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Controlada CTEEP recebeu o montante de R\$11.594, referente atualização monetária dos depósitos judiciais. A Controlada CTEEP registrou um ganho no resultado financeiro, uma vez que o montante registrado era de R\$5.668.

13. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

Informações da controlada CTEEP

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço		
Ordinárias - ON	64.484.433	63.860.513
Preferenciais - PN	88.177.132	87.968.467
Total	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.162.626	1.119.911
Reservas de capital	2.054.370	2.054.369
Reserva especial de ágio (i)	147.911	176.744
Reservas de lucro	1.142.512	1.014.124
Proposta de distribuição de dividendo adicional	31.349	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666
Total	<u>4.539.434</u>	<u>4.563.835</u>
Lucro líquido do exercício	<u>915.260</u>	<u>812.171</u>

(b) Informações sobre investimentos

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ações possuídas - ON (quantidades) em circulação na data do Balanço	57.715.128	57.093.869
Patrimônio Líquido da CTEEP	4.539.434	4.563.835
(-) Reserva Especial de ágio (i)	(147.911)	(176.744)
Patrimônio Líquido CTEEP(Base Equivalência)	4.391.523	4.387.091
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8059%	37,6041%
Investimento(A)	<u>1.660.254</u>	<u>1.649.726</u>
Ágio		
Ágio a amortizar	231.155	287.123
Ágio - Reserva especial (i)	147.911	176.744
Ágio total(B)	<u>379.066</u>	<u>463.867</u>
Total do investimento (A+B)	<u>2.039.320</u>	<u>2.113.593</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Movimentação dos investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u><u>2.220.298</u></u>
Ajuste na Equivalência	(3.171)
Resultado de equivalência patrimonial	306.266
Dividendos declarados no exercício (*)	(259.287)
Juros sobre capital próprio declarados no exercício (*)	(94.546)
Amortização do ágio	<u>(55.968)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u><u>2.113.593</u></u>
Subscrição de ações através reserva especial de ágio	28.832
Aquisição de novas ações	3.262
Perda na aquisição de novas ações	(7.488)
Resultado de equivalência patrimonial	345.777
Dividendos declarados no exercício (*)	(264.009)
Juros sobre capital próprio declarados no exercício (*)	(95.847)
Amortização do ágio	(55.968)
Realização reserva especial de ágio- integralizaçãode ações	<u>(28.832)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u><u>2.039.320</u></u>

(*) Durante o exercício, a Companhia recebeu junto a CTEEP R\$340.872 (R\$287.908 em 2010), referentes a dividendos e juros sobre capital próprio apurados no exercício e o saldo remanescente a pagar referente ao exercício de 2010.

(d) Transação em empresas controladas

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à Controlada CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011 a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente (nota 28.i).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e sua Controlada CTEEP e não vinculados ao contrato de concessão.

	Taxas médias anuais de depreciação		Controladora		
			31.12.2011	31.12.2010	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	16%	65	(33)	32	13
Móveis e utensílios	10%	31	(12)	19	22
Outros	4%	5	(4)	1	2
		101	(49)	52	37

	Taxas médias anuais de depreciação		Consolidado		
			31.12.2011	31.12.2010	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em serviço					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	3.148	(3.086)	62	818
Máquinas e equipamentos	16%	10.436	(4.968)	5.468	4.698
Móveis e utensílios	10%	2.759	(1.030)	1.729	1.734
Veículos	21%	1.536	(803)	733	943
Outros	4%	1.116	(272)	844	1.038
		18.995	(10.159)	8.836	9.231

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Controladora					
	<u>Saldos em 31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31.12.2010</u>
Máquinas e equipamentos	20	-	(7)	-	13
Móveis e utensílios	23	2	(3)	-	22
Outros	3	-	(1)	-	2
	<u>46</u>	<u>2</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>37</u>

Controladora					
	<u>Saldos em 31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31.12.2011</u>
Máquinas e equipamentos	13	28	(9)	-	32
Móveis e utensílios	22	-	(3)	-	19
Outros	2	-	(1)	-	1
	<u>37</u>	<u>28</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>52</u>

Consolidado					
	<u>Saldos em 31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31.12.2010</u>
Benfeitorias em imóveis terceiros	1.530	25	(737)	-	818
Máquinas e equipamentos	5.233	2.558	(1.860)	(1.143)	4.788
Móveis e utensílios	2.264	199	(285)	(388)	1.790
Veículos	336	825	(187)	(31)	943
Outros	943	-	(51)	-	892
	<u>10.306</u>	<u>3.607</u>	<u>(3.120)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>9.231</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Consolidado				
	<u>Saldos em 31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31.12.2011</u>
Benfeitorias em imóveis terceiros	818	-	(756)	-	62
Maquinas e equipamentos	4.788	2.225	(1.526)	(19)	5.468
Móveis e utensílios	1.790	206	(260)	(7)	1.729
Veículos	943	70	(280)	-	733
Outros	892	2	(47)	(3)	844
	<u>9.231</u>	<u>2.503</u>	<u>(2.869)</u>	<u>(29)</u>	<u>8.836</u>

15. Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado, e ao ágio apurado na aquisição da CTEEP, projeto ERP-SAP que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, e está sendo amortizado, linearmente, no prazo de 5 anos.

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. O ágio está sendo amortizado de acordo com o contrato de concessão que vencerá em 2015.

A movimentação do intangível, é como segue:

	Consolidado		
	<u>Ágio</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>343.091</u>	<u>12.881</u>	<u>355.972</u>
Adições	-	-	-
Amortização de gastos com software	-	(2.938)	(2.938)
Amortização de ágio	(55.968)	-	(55.968)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>287.123</u>	<u>9.943</u>	<u>297.066</u>
Adições	-	2.336	2.336
Amortização de gastos com software	-	(3.282)	(3.282)
Amortização de ágio	(55.968)	-	(55.968)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>231.155</u>	<u>8.997</u>	<u>240.152</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Encargos	Vencimento final	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,8% a.a.	30.01.2017	61.548	54.671
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)(d)				
CCB Internacional Banco IBBA (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	122.077	-
CommercialPaper - Banco JP Morgan (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	159.116	-
Moeda nacional				
BNDES (b) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	328.318	421.146
BNDES (b) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	196.251	160.605
BNDES (b) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	57.631	37.630
BNDES (b) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	229.947	185.134
BNDES (b) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	71.890	-
BNDES (b) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	9.568	-
BNDES (b) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	125.434	-
BNDES (b) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.06.2026	48.282	-
BNDES (b) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.06.2026	42.217	-
Notas Promissórias				
4º emissão (c) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	223.048	-
5º emissão (c) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	316.885	-
Banco Bradesco (e)	CDI + 2,0% a.a.	-	4.365	1.396
Banco do Nordeste (f)	10,0% a.a.	19.05.2030	55.898	56.094
Citibank (g)	CDI + 1,5% a.a.	11.03.2011	-	8.297
Eletróbrás	8,0% a.a.	15.11.2021	391	441
Arrendamentos mercantis/financeiros			619	1.702
Total Moeda Estrangeira e Nacional			2.053.485	927.116
Circulante			1.009.850	334.347
Não circulante			1.043.635	592.769

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro de 2007 no valor de US\$ 554 milhões.

A emissão, que teve como agentes o JP Morgan S.A. e o ABN Amro Real S.A. foi dividida em duas “tranches”: a primeira, no valor de US\$200 milhões, com prazo de cinco anos com vencimento em 2012, taxa de juros de 7,875% ao ano, com opção Call nos anos 2010 e 2011; a segunda “tranche”, de US\$354 milhões, com prazo de dez anos com vencimento em 2017 e taxa de juros de 8,8% ao ano.

(i) Reestruturação da dívida em moeda estrangeira – Bônus

Em consonância com a estratégia do Grupo ISA, que tem como premissa expandir seus negócios no Brasil, a administração da ISA Capital desenvolveu estudos, denominado projeto REDI, para reestruturar sua dívida em moeda estrangeira “bônus” com o objetivo de reduzir o custo desse endividamento e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis que possibilitem a expansão das atividades da Companhia e de suas sociedades Controladas.

- Bônus de US\$354,0 milhões com vencimento em 2017

Em 08 de fevereiro de 2010 a Companhia deu início à implementação da reestruturação anunciando no exterior uma oferta pública de recompra em dinheiro de todos os bônus de sua emissão com vencimento em 2017 até o montante total em circulação equivalente a US\$354 milhões. Como parte integrante da operação, além do pagamento pelo valor de mercado de 108,25% a ISA Capital ofereceu aos detentores dos bônus de 2017 que aderissem a oferta pública até o dia 24 de fevereiro de 2010 (denominado de período antecipado) um valor adicional (“ConsentFee”) de 3,50% sobre o valor de mercado. Entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2010 os detentores que aderiram a oferta receberam com base no valor de mercado 108,25%. Encerrado o período da oferta, constatou-se a adesão de 91,06% do total dos detentores dos bônus. Dessa forma dentro das condições estabelecidas, a Companhia, em março de 2010, recomprou US\$322,3 milhões, importância equivalente a 91,06% do total de US\$354,0 milhões, remanescendo no mercado apenas 8,94% do total dos bônus com vencimento em 2017 com valor equivalente a US\$31,6 milhões.

O desembolso total pela Companhia na recompra de 91,06% desses títulos ocorreu no mês de março 2010, no total de US\$371,8 milhões equivalentes a R\$665,0 milhões, assim composto: (i) Principal de US\$322,3 milhões equivalentes a R\$577,4 milhões; (ii) Prêmio (“Consent Fee”) de US\$37,7 milhões equivalentes a R\$66,6 milhões; (iii) Juros proporcionais de US\$3,2 milhões equivalentes a R\$5,7 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas de US\$8,6 milhões equivalentes a R\$15,3 milhões.

Para o montante de bônus de US\$31,6 milhões remanescente no mercado, ficam mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão, porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano.

- Bônus de US\$200,0 milhões com vencimento em 2012

Assim que a oferta pública de recompra dos bônus de 2017 foi concluída, a Companhia, utilizando-se da prerrogativa de opção call prevista no contrato dos bônus com vencimento em 2012, iniciou o processo de recompra dos títulos, e dentro do prazo e condições estabelecidas recomprou 100% da totalidade dos mesmos cujo montante era de US\$200 milhões. Considerando que a recompra foi pelo valor de mercado vigente de 103,938%, conforme estipulado nas debêntures para o exercício da opção call em 2010, a ISA Capital desembolsou pela recompra desses bônus o montante de US\$212,6 milhões equivalentes a R\$380,8 milhões, assim composto: (i) Principal US\$200,0 milhões equivalentes a R\$358,2 milhões; (ii) Prêmio US\$7,9 milhões equivalentes a R\$14,1 milhões; (iii) Juros proporcionais US\$2,4 milhões equivalentes a R\$4,4 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas US\$2,3 milhões equivalentes a R\$4,1 milhões.

Os efeitos decorrentes dessa transação no resultado da Companhia estão demonstrados na nota 27.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões. com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada da CTEEP, IEMG, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 18 de março de 2010, junto ao banco HSBC. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES, tendo em vista que a IEMG alcançou o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em 1,3 e atendeu a condição do contrato de financiamento.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada da CTEEP, IEMadeira, assinou contrato de empréstimo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$ 37,7, R\$ 36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos.O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012 (nota 36 b). Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Bradesco, Banco Espírito Santo - BES e Santander, ao custo de 0,7% a.a.
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada da CTEEP, IEMadeira, assinou contrato de empréstimo com o BNDES, nos valores de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8 milhões em 29 de dezembro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos em 15 de julho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto ao Banco Itaú BBA, ao custo de 0,3% a.a..

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, IESUL, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,95% a.a., com vencimentos semestrais. A IESUL precisa manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, IEPinheiros, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,48% a.a., com vencimentos trimestrais. A IEPinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada da CTEEP, Serra do Japi, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0 e R\$15,0 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011, respectivamente. As demais liberações estão previstas para fevereiro de 2012. O recurso destina-se a financiar as Linhas de Transmissão e Subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (c) Notas promissórias
- (i) 4ª Emissão – emitidas em 17 de janeiro de 2011, no montante de R\$200,0 milhões e com liquidação em 11 de janeiro de 2012 (nota 36.b). Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$132 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

As notas promissórias emitidas pela IEMadeira em 18 de maio de 2011, no montante de R\$180,0 milhões, foram liquidadas em 15 de setembro de 2011.

As notas promissórias emitidas pela Serra do Japi em 27 de abril de 2011, no montante de R\$70,0 milhões, foram liquidadas em 27 de julho de 2011.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (d) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)
- (i) Em 20 de abril de 2011, a controlada CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, nos termos da Lei nº 4131 de 03 de setembro de 1962, no valor de US\$63.694mil com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o Notional de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 31. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.
- (ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de US\$85.788 mil com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e Notional no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 31.
- (e) Conta garantida com limite de R\$20,0 milhões da controlada da CTEEP IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem a 100,0% do CDI + 2,0% a.a..
- (f) Em 19 de maio de 2010, a controlada da CTEEP, IENNE, assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da Linha de Transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com vencimentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011, a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.
- (g) Em 04 de agosto de 2010, a controlada da CTEEP, IESUL, assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$17,0 milhões e liquidada em 03 de março de 2011. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
2012	-	-	-	132.449
2013	-	-	451.771	132.963
2014	-	-	172.425	133.201
2015	-	-	98.201	69.183
2016	-	-	23.975	5.161
Após 2016	59.371	52.737	297.263	119.812
	59.371	52.737	1.043.635	592.769

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2009	1.017.816	2.067.226
Adições de empréstimos	-	444.869
Pagamentos (principal e juros)	(1.255.324)	(1.929.219)
Varição de participação em controlada (IESUL)	-	(11.768)
Juros e variações monetárias e cambiais	292.179	356.008
Saldos em 31.12.2010	54.671	927.116
Adições	-	1.350.266
Pagamentos (principal e juros)	(4.498)	(387.659)
Juros e variações monetárias e cambiais	11.375	163.762
Saldos em 31.12.2011	61.548	2.053.485

17. Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Consolidado	
				2011	2010
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	490.736	490.405
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	67.117	65.388
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	106,5% do CDI a.a.	221.608	-
				779.461	555.793
Circulante				389.825	2.154
Nãocirculante				389.636	553.639

Em dezembro de 2009, a controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, sendo a terceira paga em 15 de junho de 2011 e a quarta em 15 de dezembro de 2011.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017, tendo a primeira ocorrida em 15 de junho de 2011.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a controlada da CTEEP, IEMadeira, emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
2012	-	168.092
2013	163.204	163.206
2014	177.939	176.878
2015	16.164	15.153
2016	16.163	15.155
Após 2016	16.166	15.155
	389.636	553.639

A movimentação das debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31.12.2009	-
Adições	548.589
Pagamentos (principal e juros)	(54.852)
Juros e variações monetárias e cambiais	62.056
Saldos em 31.12.2010	555.793
Adições	204.000
Pagamentos (principal e juros)	(70.213)
Juros e variações monetárias e cambiais	89.881
Saldos em 31.12.2011	779.461

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de renda	4.227	304	42.618	46.256
Contribuição social	1.402	-	15.385	16.633
COFINS	1.843	1.801	9.819	9.011
PIS	400	391	2.130	1.955
Programa bolsa estudos (i)	-	-	864	1.542
INSS	17	20	7.541	6.226
ISS	-	-	3.421	3.936
Outros	189	17	6.573	5.718
	8.078	2.533	88.351	91.277

19. Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Controlada CTEEP aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses, a controlada CTEEP gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Saldo Inicial	155.317	147.738
Redução de multa e juros (benefício da Lei)	(21.013)	-
Atualização monetária sobre o débito	30.202	7.580
Pagamentos efetuados (*)	(6.997)	(1)
	157.509	155.317
Circulante	12.273	10.353
Nãocirculante	145.236	144.964

(*) Até que ocorresse a homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, o pagamento mensal era no montante de R\$ 100,00 (cem reais).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

20. Encargos regulatórios a recolher

	Consolidado	
	2011	2010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	50.364	39.114
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.834	2.179
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	2.592	3.620
Reserva Global de Reversão – RGR	4.917	5.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.269	1.143
Taxa de fiscalização – ANEEL	182	48
	61.158	51.733
Circulante	28.824	49.559
Nãocirculante	32.334	2.174

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os valores devidos serão liquidados quando da finalização de cada projeto onde os recursos vierem a ser aplicados.

21. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Férias e encargos sociais	13	11	17.853	16.807
Participação nos lucros e resultados – PLR	-	-	5.419	5.786
Programa de desligamento voluntário –PDV	-	-	6	87
Contingências (a)	-	-	101.844	161.682
	13	11	125.122	184.362
Circulante	13	11	23.290	22.674
Não circulante	-	-	101.832	161.688

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Trabalhistas (i)	87.807	145.993
Cíveis	3.347	3.844
Fiscais – IPTU (ii)	7.608	7.527
Previdenciárias – INSS (iii)	1.439	3.635
ANEEL (iv)	1.643	683
	101.844	161.682

(i) Trabalhistas

A Controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Controlada CTEEP possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$52.867 (R\$27.914 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota 12.

(ii) Fiscais - IPTU

A Controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$7.608.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”. Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Controlada CTEEP nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

(iv) ANEEL

A Controlada CTEEP foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizada pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$886, perfazendo o total de R\$2.867. Em 30 de junho de 2010, a provisão foi revertida contra o sob a rubrica despesas gerais administrativas.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Adicionalmente, a Controlada CTEEP mantém provisão referente ao processo decorrente do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

(v) Processos com perdas possíveis

A Controlada CTEEP possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$119.512 (R\$101.252 em 2010), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 2011 totalizava R\$65.736 (R\$59.517 em 2010) para as quais não foi constituída provisão.

(vi) Movimentação das provisões para contingências

	<u>Consolidado</u>					
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Fiscais - IPTU</u>	<u>Previdenciárias - INSS</u>	<u>ANEEL</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2009	147.344	3.219	8.239	5.398	3.642	167.842
Constituição	12.523	966	-	-	-	13.489
Reversão/pagamento	(23.396)	(687)	(838)	(2.256)	(2.959)	(30.136)
Atualização	9.522	346	126	493	-	10.487
Saldos em 31.12.2010	145.993	3.844	7.527	3.635	683	161.682
Constituição	25.920	1.948	-	-	-	27.868
Reversão/pagamento	(85.781)	(2.668)	(79)	(2.381)	-	(90.909)
Atualização	1.675	223	160	185	960	3.203
Saldos em 31.12.2011	87.807	3.347	7.608	1.439	1.643	101.844

22. Valores a pagar – Fundação CESP

A Controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011 (R\$6.503 em 2010), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Controlada CTEEP (nota 35).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Controlada CTEEP e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(d) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial, elaborada por atuário independente, dos planos de previdência PSAP patrocinados pela Controlada CTEEP foi adotado o método do crédito unitário projetado. As principais informações econômico-financeiras, em atendimento ao CPC33 e à Deliberação CVM nº600 (IAS 19), com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

(i) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor justo do ativo	2.684.582	2.515.067
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.008.168)	(1.800.653)
Restrição do reconhecimento do ativo	<u>(676.414)</u>	<u>(714.414)</u>
Passivo líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

(ii) Movimentação do ativo do plano

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor justo do ativo no início do exercício	2.515.067	2.001.707
Contribuições do empregador	2.036	2.128
Contribuições do empregado	2.886	2.707
Retorno dos investimentos	281.493	612.858
Benefícios pagos	<u>(116.900)</u>	<u>(104.333)</u>
Valor justo do ativo no final do exercício	<u>2.684.582</u>	<u>2.515.067</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(iii) Movimentação do passivo atuarial

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	1.800.653	1.628.613
Custos dos serviços correntes	911	(200)
Custos dos juros	188.384	178.110
Contribuição dos participantes	2.886	2.707
Ganho/perda atuarial	132.234	95.756
Benefícios pagos	(116.900)	(104.333)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	<u>2.008.168</u>	<u>1.800.653</u>

(iv) Participantes dos planos (número de pessoas)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativos	<u>1.447</u>	<u>1.446</u>
Inativos		
Aposentados	1.882	1.852
Aposentados por invalidez	37	40
Pensionistas	103	85
	<u>2.022</u>	<u>1.977</u>
	<u>3.469</u>	<u>3.423</u>

(v) Premissas atuariais utilizadas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Taxa de desconto do valor presente do passivo atuarial	10,50%	10,75%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,50%	12,00%
Taxa de crescimento salarial futuro	4,50%	7,64%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%
Tábuageral de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49

23. Obrigações especiais – Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Controlada CTEEP paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

A Companhia foi constituída em 28 de abril de 2006, na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Em 19 de setembro de 2006, a Companhia foi transformada em sociedade por ações.

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e termino em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembléia foram aprovados a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Passando o capital social da Companhia de R\$840.198 para 840.378 dividido em 1.434.469.504 ações.

Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2011 e 210, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais, distribuídas como segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Quantidade de ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.624.995	0	840.624.995	58,60%
Conselheiros da Administração	5	0	5	0,00%
HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo	0	296.922.252	296.922.252	20,70%
Banco Votorantim S.A.	0	296.922.252	296.922.252	20,70%
Total	840.625.000	593.844.504	1.434.469.504	100%

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Destinação dos Lucros

Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro Líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

Os Dividendos Fixos Cumulativos são calculados e pagos a cada trimestre conforme estabelece o artigo 6º do Estatuto Social. Durante o ano de 2011 a Companhia pagou às ações preferenciais resgatáveis em forma de dividendos equivalentes a R\$ 171.897.

Ainda de acordo com o referido artigo 35º do Estatuto Social a importância equivalente a 100% do Lucro Líquido remanescente após a constituição da Reserva Legal, observado os limites legais, e os pagamentos de Dividendos Obrigatórios e Fixos Cumulativos devidos às ações preferenciais, deverá ser destinada para a Reserva de Lucros até que esta atinja 50% do saldo do valor a resgatar das ações preferenciais resgatáveis acrescido de 120% o valor dos Dividendos Fixos Cumulativos e/ou valores relativos a resgates devidos às ações preferenciais e não pagos.

Dessa forma, atendendo o disposto no artigo 35 do referido Estatuto Social, o Lucro Líquido apurado no exercício será destinado como segue:

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	297.529	(104.534)
Constituição da Reserva Legal(*)	-	-
Base de Cálculo de Dividendos	297.529	-
Dividendos Obrigatórios pagos	(2.975)	-
Dividendos Fixos Cumulativos pagos	(168.921)	-
Dividendos Fixos Cumulativos a serem pagos em janeiro de 2012	(36.004)	-
Constituição de Reserva de retenção de Lucro Remanescente(nota 24.f)	(89.629)	-

(*) A reserva legal somada à reserva de capital atingem o limite de 30% sobre o capital social conforme trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

A companhia encerrou o exercício de 2010 com prejuízo, razão pela qual não há proposta de destinação de Lucro.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Dividendos Fixos Cumulativos

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A., como segue;

Pagamento	Valor	Valor por Ação	Ações	Deliberação	Competência
18/03/2011 (*)	48.230	0,081217	593.844.504	17/3/2011	2010
18/03/2011	59.408	0,100040	593.844.504	17/3/2011	2011
04/04/2011	35.347	0,059522	593.844.504	04/04/2011	2011
05/07/2011	37.286	0,062787	593.844.504	05/07/2011	2011
06/09/2011	39.855	0,067114	593.844.504	06/09/2011	2011
Total	220.126				

(*) Pagos contra o saldo em 31 de dezembro de 2010 da conta de reserva de lucros (nota 24.f).

(d) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

(e) Ágio na transação de capital

Após aquisição de ações da CTEEP em dezembro de 2011, a Companhia apurou um ganho na variação de porcentagem, juntamente com uma perda no valor da ação de compra em relação ao valor Patrimonial da ação da Controlada. A conta de ágio na transação de capital em 31 de dezembro de 2011, tem saldo equivalente a R\$7.488. Essa importância será realizada no momento da venda das ações da CTEEP.

(f) Reservas de lucro

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de lucros (ii) (nota 24.b)	89.629	48.230
	95.510	54.111

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(ii) Reserva de lucros

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no estatuto social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

O saldo em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$48.230 foi integralmente utilizado para o pagamento de dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis em 18.03.2011 (nota 24.c).

(g) Lucro (prejuízo) por Ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído		
Lucro líquido – R\$ mil	297.529	(104.534)
Quantidade média ponderada de ações		
Ordinárias	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	<u>593.844.504</u>	<u>450.757.128</u>
	<u>1.434.469.504</u>	<u>1.291.382.128</u>
Lucro básico por ação	<u>0,2074</u>	<u>(0,0809)</u>

(h) Dividendos e Juros sobre Capital próprio da Controlada CTEEP

O Conselho de Administração da Controlada CTEEP deliberou em 31 de março de 2011 e 30 junho de 2011, sobre pagamento de dividendos referentes ao lucro de 2010, no montante de R\$181.307, e R\$16.714, correspondente a R\$1,194154 e R\$0,110087 por ação, respectivamente. O valor destinado ao acionista controlador corresponde ao montante de R\$74.464 e aos não controladores o montante de R\$123.557.

A Controlada CTEEP distribuiu no ano de 2011 dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$915,2 milhões (R\$751,6 milhões em 2010), sendo R\$340,9 milhões para a ISA Capital.

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar pela Controlada CTEEP à ISA Capital é de R\$84,8 milhões (nota 30) e R\$147,3 milhões para os demais acionistas.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25. Receita operacional líquida

25.1. Composição da receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Receita bruta		
Construção (a)	1.103.686	693.803
Operação e Manutenção(a)	555.127	442.469
Financeira (b)	1.589.969	1.398.245
Aluguéis	13.703	12.797
Prestação de serviços	6.204	4.229
Total da receita bruta	3.268.689	2.551.543
Tributos sobre a receita		
COFINS	(177.541)	(128.896)
PIS	(38.325)	(27.967)
ISS	(301)	(212)
	(216.167)	(157.075)
Encargos regulatórios		
Conta de consumo de combustível – CCC	(40.737)	(32.524)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(26.021)	(27.197)
Reserva global de reversão – RGR	(54.042)	(46.972)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.499)	(16.202)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – PROINFA	(12.418)	(15.287)
	(151.717)	(138.182)
	2.900.805	2.256.286

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Controlada CTEEP. Quando a Controlada CTEEP presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controlada CTEEP e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25.2. Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

- Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Controlada CTEEP, reduzindo a RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

- Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%. Ajustes positivos e negativos oriundos do reposicionamento tarifário afetam os fluxos de caixa esperados pela Controlada CTEEP para os seus ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, são reconhecidos como ajustes na receita financeira no período em que ocorrem.

O resultado do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica foi homologado pela Resolução nº 994 de 08 de junho de 2010 a ANEEL, tendo sido fixado o reposicionamento tarifário da Companhia em menos 20,4%, a ser aplicado sobre a parcela RBNI e RCDM vigentes em 1º de junho de 2009.

Em virtude dos efeitos retroativos da nova receita, o valor de R\$82.086 arrecadado a maior no período de 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010, foi compensado em 12 (doze) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

25.3. Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270, de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25.4. Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Controlada CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da Controlada CTEEP, que era de R\$ 1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$247.519, equivalente a 14,1%. A RAP da Controlada CTEEP em conjunto com suas controladas, que era de R\$1.861.195 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$259.397, equivalente a 13,9%.

A RAP da Controlada CTEEP a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	1.241.581	314.290	15.925	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.008.277

A RAP da Controlada CTEEP e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	13.474	-	-	-	-	-	-	13.474
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
	1.318.136	314.290	51.685	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.120.592

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado			
	31.12.2011		31.12.2010	31.12.2011		31.12.2010	
	Despesas	Total	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal	(1.912)	(1.912)	(1.713)	(169.516)	(43.147)	(212.663)	(203.305)
Serviços	(1.129)	(1.129)	(2.940)	(422.100)	(46.788)	(468.888)	(383.622)
Depreciação (nota14)	(13)	(13)	(11)	-	(6.151)	(6.151)	(6.058)
Materiais	-	-	-	(703.797)	(1.481)	(705.278)	(425.779)
Arrendamentos e aluguéis	(252)	(252)	(249)	(8.298)	(5.130)	(13.428)	(10.910)
Amortização de Bônus	-	-	(12.752)	-	-	-	(12.752)
Contingências	-	-	-	-	(1.598)	(1.598)	(31.522)
Outros	(102)	(102)	(95)	(19.698)	(26.130)	(45.828)	(30.015)
	<u>(3.408)</u>	<u>(3.408)</u>	<u>(17.760)</u>	<u>(1.323.409)</u>	<u>(130.425)</u>	<u>(1.453.834)</u>	<u>(1.103.963)</u>

Os custos de construção da controlada CTEEP totalizaram R\$240.839 em 2011 e R\$134.001 em 2010. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$970.176 em 2011 R\$604.495 em 2010. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 25.1, são calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento, os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	32.797	13.571	58.432	41.809
Ajuste a valor de mercado - dívida (bônus) (nota 16.a)	-	230.986	-	230.986
Juros ativos sobre empréstimos	1.393	1.502	10.888	10.953
Ajuste MTM (mark to market) (CCB Internacional e Commercial Paper)	-	-	2.478	-
Juros Selic sobre impostos a recuperar	3.192	2.440	3.192	2.440
Variações monetárias	-	-	-	8.382
Receitas financeiras projeto REDI	-	4.329	-	4.329
Variações cambiais	21.416	-	21.416	-
Variações cambiais (CCB Internacional e CommercialPaper)	-	-	17.975	-
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB Internacional)	-	-	69.778	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	7.263	-
Outras	-	-	3.433	1.486
	58.798	252.828	194.855	300.385
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(4.654)	(18.449)	(77.545)	(90.341)
Juros passivos	-	-	(14.934)	(9.690)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	(44.129)	(7.911)
Encargos sobre debêntures	-	-	(75.603)	(57.686)
Encargos (CCB Internacional e CommercialPaper)	-	-	(5.312)	-
IRRF sobre remessa de juros	(678)	(2.867)	(678)	(2.867)
PIS sobre juros sobre capital próprio	(1.581)	(1.560)	(1.581)	(1.560)
COFINS sobre juros Capital Próprio	(7.284)	(7.186)	(7.284)	(7.186)
Ajuste a valor de mercado - dívida (Bônus) (nota 16.a)	-	(228.599)	-	(228.599)
Variações monetárias	(34.394)	(23.995)	(36.606)	(23.995)
Operações de hedge	-	(23.764)	-	(23.764)
Despesas financeiras- Projeto REDI (nota 16.a)	-	(280.161)	-	(280.161)
Variação cambial	(22.994)	-	(22.994)	-
Variações cambiais (CCB Internacional)	-	-	(48.474)	-
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB Internacional)	-	-	(47.197)	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	(3.440)	-
Outras	(2.635)	(148)	(25.020)	(5.222)
	(74.220)	(586.729)	(410.797)	(738.982)
	(15.422)	(333.901)	(215.942)	(438.597)

As captações internacionais da Controlada CTEEP, ao fim do exercício, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$30.499 e encargos de R\$2.834. Em contrapartida, o ajuste de Swap gerou uma receita líquida de R\$22.581.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos pela Controlada CTEEP, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, no acumulado do exercício, apresentou despesa de variação cambial líquida de R\$19.553 e encargos de R\$4.663. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$15.686 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou no acumulado do exercício, despesa de variação cambial líquida de R\$10.946 e encargos 2,1% a.a. de R\$649 e no MTM (marktomarket) gerou a receita de R\$2.478. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* obteve uma receita líquida de R\$6.895 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$7.263 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$3.440 Os saldos são proporcionais a participação da controlada CTEEP na sua controlada.

28. Outras despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receitas				
Indenização de sinistros	-	-	-	1.214
Venda de terrenos	-	-	26.427	1.659
Outras	-	-	-	3.157
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.427</u>	<u>6.030</u>
Despesas				
Amortização do ágio (nota 10)	(55.968)	(55.968)	(84.800)	(84.800)
Perda na variação de participação em controlada em conjunto (IEMG) (i)	-	-	(28.490)	(160)
Outras	<u>(1)</u>	<u>(3.171)</u>	<u>139</u>	<u>(4.048)</u>
	<u>(55.969)</u>	<u>(59.139)</u>	<u>(113.151)</u>	<u>(89.008)</u>
	<u>(55.969)</u>	<u>(59.139)</u>	<u>(86.724)</u>	<u>(82.978)</u>

(i) A Controlada CTEEP, em fevereiro de 2011, ao adquirir a participação de 40% do capital social da IEMG, passando assim ser detentora de 100% do capital social, reavaliou a sua participação anterior de 60% pelo valor justo na data da aquisição, registrando no 2º trimestre de 2011 uma perda de R\$28.490 correspondente a diferença entre o valor justo do investimento (R\$38.206) e o valor contábil do investimento (R\$51.414).

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

A Companhia e sua controlada CTEEP, provisionam mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) apenas a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESUL e IEPinheiros estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	270.978	(104.534)	1.144.305	630.748
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social esperada	(92.133)	35.542	(389.064)	(214.454)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprios	(32.588)	(32.146)	53.670	53.395
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	-	7.144	-
Amortização ágio	(19.029)	(19.029)	(19.029)	(19.029)
Manutenção da Integridade do patrimônio líquido			19.029	19.029
Equivalência patrimonial	117.564	104.130	-	-
Constituição de tributosdiferidos sobre prejuízo fiscal e basenegativa	53.000	-	53.000	-
Compensação de IR sobre prejuízo fiscal e CS sobre base negativa da controladora	-	(88.297)	-	(88.297)
Outros	(263)	(200)	(2.044)	19.980
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	26.551	-	(277.293)	(229.376)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(18.507)	-	(262.713)	(222.630)
Diferido	45.058	-	(14.580)	(6.746)
	26.551	-	(277.293)	(229.376)
Alíquota efetiva	-	-	18,61%	24,48%

A alíquota utilizada nas conciliações de 2011 e 2010 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

b) Diferidos

A Companhia registrou tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, com base nas suas projeções de lucratividade futuras, que não eram esperadas no ano anterior. A Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 5 anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal utilizado anualmente	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Imposto de Renda	6.374	7.441	8.513	8.399	8.244	38.971
Contribuição Social	2.294	2.678	3.064	3.023	2.970	14.029
Total	8.668	10.119	11.577	11.422	11.214	53.000

Adicionalmente a Companhia possui em 31 de dezembro de 2011, saldo de R\$184.358 (31 de dezembro 2010 R\$245.283) de créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos não tornaram-se ainda provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Provisão para contingências	-	-	34.623	55.307
Contrato de concessão(ICPC 01)	-	-	(134.800)	(56.307)
Prejuízo fiscal	33.131	-	33.131	-
Base negativa de CSLL	11.927	-	11.927	-
IR e CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativade controladas	-	-	718	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais de controladas (ii)	-	-	(718)	-
Provisão paraperdas(i)	-	-	35.926	-
Outras diferenças temporárias	-	-	22.075	19.698
Líquido	45.058	-	2.882	18.698
Ativo	45.058	-	45.058	28.050
Passivo	-	-	(42.176)	(9.352)

- (i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Controlada CTEEP efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que ainda estão em processo de reconciliação.. A Administração da Controlada CTEEP decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas, até o momento, e ao término do trabalho de conciliação o saldo remanescente será reconhecido como perda efetiva. A provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$82.121. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(ii) As controladas da CTEEP IEMG, IENNE e IESUL possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração da Controlada CTEEP considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

30. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	31.12.2011			31.12.2010		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Controladora							
Benefícios de curto prazo (*)	Pessoal-chave da administração	-	-	(6.212)	-	-	(7.517)
Sublocação	CTEEP	-	(43)	(252)	-	(39)	(249)
	IEMG - controlada da CTEEP	7	-	34	1	-	15
	IENNE- controlada da CTEEP	8	-	99	8	-	100
	Pinheiros controlada da CTEEP	-	-	58	3	-	32
	IESUL controlada da CTEEP	5	-	82	-	-	-
	Serra do Japi controlada da CTEEP	15	-	85	2	-	24
Prestação de serviços	CTEEP	-	-	(86)	-	(7)	(86)
	IEMG - controlada da CTEEP	-	-	-	132	-	1.658
	Pinheiros controlada da CTEEP	30	-	105	-	-	-
	IEMadeira controlada da CTEEP	3.226	-	3.226	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	CTEEP	84.828	-	-	65.844	-	-
	IEMG	529	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber (nota 11)	ISA	44.653	-	6.381	39.663	-	3.309
	Internexa Brasil	9.393	-	29	-	-	-

*Referente aos honorários da administração.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas da CTEEP no edifício sede da Controlada CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da sua controlada IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações na sua controlada Pinheiros.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro entre a Controlada CTEEP e sua controlada IESUL no valor total de até R\$63.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro entre a Controlada CTEEP e sua controlada Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro entre a Controlada CTEEP e sua controlada Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

31. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	351.567	257.261	558.862	312.244
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	-	-	1.474.794	1.424.390
Não circulante	-	-	5.335.027	4.225.309
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	-	-	14.906	22.938
Não circulante	-	-	810.750	681.129
Emprestimos a Receber				
Circulante	9.393	-	9.393	-
Não circulante	44.653	39.663	44.653	39.663
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	84.828	65.844	-	-
Cauções e depósitos vinculados				
Circulante	2.612	2.320	2.612	2.320
Não circulante	-	-	61.886	42.248
Valor Justo através do Resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	1.673	-
Não circulante	-	-	54.195	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	325	147	83.338	94.064
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	2.177	1.934	1.009.850	334.347
Não circulante	59.371	52.737	1.043.635	592.769
Debêntures				
Circulante	-	-	389.825	2.154
Não circulante	-	-	389.636	553.639
Juros sobre capital próprio e dividendos apagar	-	-	147.328	127.978
Valor justo através do Resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	-	-	27.226	-
Não circulante	-	-	-	-
Valores a pagar – Lei 4.819/58				
Circulante	10.050	13.369	10.050	13.369
Não circulante	378.617	350.954	378.617	350.954

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Controlada CTEEP celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada da CTEEP, IEMadeira, celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contração de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A Controlada CTEEP e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS39. A Controlada CTEEP adotou o *Hedge Accounting*.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Controlada CTEEP e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Curto prazo	Vencimento	Consolidado		
		Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
		31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Posição ativa:				
<i>Swap</i> (Banco Itaú)	Abril de 2012	7.135	7.135	-
<i>Swap</i> (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	6.823	6.823	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	34.067	35.740	1.673
		<u>48.025</u>	<u>49.698</u>	<u>1.673</u>
Posição passiva:				
<i>Swap</i> (Banco Itaú)	Abril de 2012	(7.135)	(14.396)	(7.261)
<i>Swap</i> (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(6.823)	(26.788)	(19.965)
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(34.067)	(34.067)	-
		<u>(48.025)</u>	<u>(75.251)</u>	<u>(27.226)</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>(25.553)</u>	<u>(25.553)</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Longo prazo	Vencimento	Valor de referência	Valor Justo	Valor a receber
		(Nocional)		(pagar)
		31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Posição ativa:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	114.941	114.941	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	152.293	152.293	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	14.039	14.498	459
		<u>281.273</u>	<u>281.732</u>	<u>459</u>
Posição passiva:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(114.941)	(88.063)	26.878
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(152.293)	(125.435)	26.858
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(14.039)	(14.039)	-
		<u>(281.273)</u>	<u>(227.537)</u>	<u>53.736</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>54.195</u>	<u>54.195</u>

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	2.177	1.934	1.009.850	334.347
Não Circulante	59.371	52.737	1.043.635	592.769
Debêntures				
Circulante	-	-	389.825	2.154
Não Circulante	-	-	389.636	553.639
Dívida total (i)	61.548	54.671	2.832.946	1.482.909
Caixa e equivalentes de caixa	351.567	257.261	558.862	312.244
Dívida líquida	(290.019)	(202.590)	2.274.084	1.170.665
Patrimônio líquido (ii)	2.163.804	2.093.889	4.895.072	4.831.253
Índice de endividamento líquido	-13,4%	-9,7%	46,5%	24,2%

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados na nota explicativa 16.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 25.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 16 e 17).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 16(d)). A Controlada da CTEEP IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. A Controladora ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira, para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela Controladora.
- (v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Controlada CTEEP e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Controlada CTEEP o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *CommercialPaper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 16 (d)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Controlada CTEEP possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na IEMadeira, controlada da CTEEP, o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada da CTEEP, IEMadeira, possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macro econômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Controlada CTEEP, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 março de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

Quadro 1 - Com apreciação da taxa

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	139.922	167.906
<i>CommercialPaper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	182.376	218.851
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	57.663	69.332
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	2.832	3.399
<i>Swap</i> Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(139.922)	(167.906)
<i>Swap</i> Ponta Ativa – <i>CommercialPaper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(182.376)	(218.851)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(46.164)	(57.663)	(69.332)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.266)	(2.832)	(3.399)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação da taxa em	25%	50%	
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	2,15	2,58
Taxa da Libra GBP/R\$		2,69	3,36	4,04

Quadro 2 - Com depreciação da taxa

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	83.953	55.968
<i>CommercialPaper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	109.425	72.950
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	34.666	23.168
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	1.699	1.133
<i>Swap</i> Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(83.953)	(55.968)
<i>Swap</i> Ponta Ativa – <i>CommercialPaper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(109.425)	(72.950)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(46.164)	(34.666)	(23.168)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.266)	(1.699)	(1.133)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Depreciação da taxa em	25%	50%	
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	1,29	0,86
Taxa da Libra GBP/R\$		2,69	2,02	1,35

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

Quadro 1 - Risco dos Indexadores

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras	101% CDI	402	498	593
Aplicações financeiras	99,5% CDI	212	262	312
Passivos financeiros				
Notas Promissórias - 4º emissão	CDI+0,40%	1.833	1.834	1.849
Notas Promissórias - 5º emissão	CDI+0,48%	7.944	9.755	11.536
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	13.396	16.221	19.000
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.336	2.582	2.825
FINEM BNDES I	TJLP+2,30%	6.682	7.854	9.015
FINEM BNDES II	TJLP+1,80%	3.775	4.480	5.178
Banco Bradesco	CDI+2,0%	126	151	176
BNDES (IEMG)	TJLP+2,40%	1.193	1.400	1.605
BNDES (IEMadeira)	TJLP+2,80%	6.551	7.636	8.710
BNDES (IESUL)	TJLP+2,40%	198	233	267
BNDES (Pinheiros)	TJLP+2,60%	2.660	3.111	3.557
BNDES (Serra do Japi) Sub A	TJLP+1,95%	943	1.116	1.287
BNDES (Serra do Japi) Sub B	TJLP+1,55%	787	938	1.089
Debêntures IEMadeira	106,5% do CDI	5.613	6.953	8.270
Derivativos				
Swap IBBA (Posição MTM)	103,5% CDI	2.524	3.128	3.721
Swap JP Morgan (Posição MTM)	98,30% CDI	3.569	4.423	5.265
Efeito líquido da variação		(59.516)	(71.055)	(82.445)
Referência para Ativos Financeiros				
99,5% CDI (março de 2012)		9,83%	12,29%	14,75%
101% CDI (março de 2012)		9,98%	12,47%	14,97%
Referência para Passivos Financeiros				
98,30% CDI		9,71%	12,14%	14,57%
99,5% CDI (março de 2012)		9,83%	12,29%	14,75%
100% CDI (março de 2012)		9,88%	12,35%	14,82%
101% CDI (março de 2012)		9,98%	12,47%	14,97%
103,5% CDI		10,23%	12,78%	15,34%
TJLP% a.a.		6,00%	7,50%	9,00%
IPCA % (Acumulado 12 meses)		6,00%	7,50%	9,00%

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Quadro 2 - Risco de Queda dos Indexadores

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras	99,5% CDI	212	160	108
Aplicações financeiras	101% CDI	402	304	205
Passivos financeiros				
Notas Promissórias - 4º emissão	CDI+0,40%	1.833	1.407	973
Notas Promissórias - 5º emissão	CDI+0,48%	7.944	6.102	4.229
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	13.396	10.523	7.600
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.336	2.088	1.837
FINEM BNDES I	TJLP+2,30%	6.682	5.496	4.298
FINEM BNDES II	TJLP+1,80%	3.775	3.063	2.343
Banco Bradesco	CDI+2,0%	126	101	75
BNDES (IEMG)	TJLP+2,40%	1.193	984	773
BNDES (IEMadeira)	TJLP+2,80%	6.551	5.454	4.345
BNDES (IESUL)	TJLP+2,40%	198	163	128
BNDES (Pinheiros)	TJLP+2,60%	2.660	2.204	1.744
BNDES (Serra do Japi) Sub A	TJLP+1,95%	943	769	592
BNDES (Serra do Japi) Sub B	TJLP+1,55%	787	633	478
Debêntures IEMadeira	106,5% do CDI	5.613	4.248	2.859
Derivativos				
Swap IBBA (Posição MTM)	103,5% CDI	2.524	1.910	1.285
Swap JP Morgan (Posição MTM)	98,30% CDI	3.569	2.699	1.815
Efeito líquido da variação		(59.516)	(47.380)	(35.061)
Referência para Ativos Financeiros				
99,5% CDI (março de 2012)		9,83%	7,37%	4,92%
101% CDI (março de 2012)		9,98%	7,48%	4,99%
Referência para Passivos Financeiros				
98,30% CDI		9,71%	7,28%	4,86%
100% CDI (março de 2012)		9,88%	7,41%	4,94%
100% CDI (março de 2012)		9,88%	7,41%	4,94%
101% CDI (março de 2012)		9,98%	7,48%	4,99%
103,5% CDI		10,23%	7,67%	5,11%
TJLP% a.a.		6,00%	4,50%	3,00%
IPCA % (Acumulado 12 meses)		6,00%	4,50%	3,00%

32. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Além do compromisso mencionado na nota 5, os principais compromissos assumidos pela Controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2011	2010
Até um ano	6.210	3.133
Mais de um ano até cinco anos	8.002	3.411
	14.212	6.544

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Controlada CTEEP como arrendatária são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 30 – transações com partes relacionadas.

33. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	09/07/09 a 19/12/12	2.635.324	2.947
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/09 a 19/12/12	33.000	415
Transportes Nacionais (c)	16/07/09 a 15/12/12	231.632	51
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	26.767	1
Automóveis (e)	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35
			3.449

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Controlada CTEEP.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Controlada CTEEP, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

34. Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da Controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A Controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela Controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da Controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A Controlada CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a Controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Controlada CTEEP não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

35. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Controlada CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da Controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da Controlada CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à Controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela Controlada CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a Controlada CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a Controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2011, o valor de R\$1.927.563 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.268.799 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$658.764 (nota 8 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo.

A Controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A Controlada CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 8 (c)).

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

36. Eventos subsequentes

Controladora

(a) Distribuição de Dividendos da Controladora

Em 09 de janeiro de 2012, a ISA Capital pagou os dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A.. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,0606 perfazendo dessa forma o montante de R\$36.004 pago à totalidade das ações preferenciais resgatáveis.

Consolidado

(b) Empréstimos e financiamentos

Em 11 de janeiro de 2012, ocorreu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem a 104,9% do CDI.

Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.

Em 13 de janeiro de 2012, foram assinados os aditivos aos contratos de financiamentos entre o BNDES e a controlada da CTEEP IEMadeira (nota 16 (b.iv)) alterando o vencimento de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

(c) Entrada em operação de subestação

A subestação Salto da controlada da CTEEP Serra do Japi, entrou em operação em 18 de janeiro de 2012.

(d) Dividendos e juros sobre capital próprios

Em 30 de janeiro de 2012, a Controlada CTEEP efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprios deliberados em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2011.

37. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2012.

*** *

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ISA Capital do Brasil S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISA Capital do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Como consequência da reestruturação da Dívida efetuada no exercício de 2010, indicada na nota 16.a, a ISA Capital do Brasil S.A., reconheceu a emissão de ações preferenciais resgatáveis, indicada na nota 24.a, como um instrumento Patrimonial a qual, em nossa opinião, deveria ser reconhecida como instrumento financeiro Passivo, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 39 aprovado pela deliberação CVM 604 de 19 de novembro de 2009 e IAS 32. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a remuneração do referido instrumento como dividendo fixo cumulativo, conforme prevê seu Estatuto Social e Acordo de Acionistas, e não como despesa financeira a título de juros, da forma como entendemos que deveria ser. Caso a Companhia houvesse reconhecido a referida emissão de ações como instrumento financeiro Passivo e a mencionada remuneração tivesse sido reconhecida como despesa financeira e não como dividendo, o Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2011, seria diminuído em R\$1.200.00 mil, passando de R\$2.127.800 mil para R\$927.800 mil, individual, e passando de R\$4.859.068 mil para R\$3.659.068 mil, consolidado. Adicionalmente, o Total do Passivo seria aumentado, passando de R\$494.635 mil para R\$1.694.635 mil, individual, e de R\$4.279.826 mil para R\$5.479.826 mil, consolidado. O Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 seria diminuído em R\$145.272 mil, passando de R\$297.529 mil para R\$152.257 mil, individual, e, de R\$867.012 mil para R\$721.740 mil, consolidado, antes da participação dos acionistas não controladores.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, as demonstrações financeiras individuais acima

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ISA Capital do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ISA Capital do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board*– IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ISA Capital do Brasil S.A., (“Companhia”) essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme descrito na nota explicativa 35, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a criação da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004 o governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, em janeiro de 2006, a Fazenda do Estado, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo, uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse contas a receber deve ser registrada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC 1SP221749/O-0

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 21 de março de 2012

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Presidente

ALEX ENRIQUE OLANO NIETO
Diretor Financeiro

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

LUIS FERNANDO ALARCÓN MANTILLA
Presidente

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Vice-Presidente

ALFONSO CAMILO BARCO MUÑOZ

JUAN RICARDO ORTEGA LÓPEZ

JULIÁN DARIO CADAVID VELÁSQUEZ

CONTADORA

GIRLENE PEREIRA DA SILVA

CRC 1SP-243292/O-0